

TRT 4-RS

Analista:
Judiciário - Contabilidade

Tribunal Regional do
Trabalho da 4ª Região
- Rio Grande do Sul



Edital **verticalizado**



CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Domínio da ortografia oficial.
2. Emprego da acentuação gráfica.
3. Emprego dos sinais de pontuação.
4. Emprego do sinal indicativo de crase.
5. Flexão nominal e verbal.
6. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.
7. Domínio dos mecanismos de coesão e coerência textual.
8. Emprego de tempos e modos verbais.
9. Vozes do verbo.
10. Concordância nominal e verbal.
11. Regência nominal e verbal.
12. Morfossintaxe.
13. Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas).
14. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
15. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
16. Figuras de linguagem.
17. Argumentação.
18. Discurso direto, indireto e indireto livre.
19. Adequação da linguagem ao tipo de documento.
20. Classes de palavras e termos da oração.
21. Processos de coordenação e subordinação

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

1. Números inteiros e racionais: operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação); expressões numéricas; múltiplos e divisores de números naturais; problemas.
2. Frações e operações com frações.
3. Números e grandezas proporcionais: razões e proporções; divisão em partes proporcionais; regra de três; porcentagem e problemas.
4. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as





condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.

5. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.
6. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

LEGISLAÇÃO

1. Lei nº 8.112/1990 e alterações: Das Disposições Preliminares; Do Provimento, Da Vacância, Da Remoção, Da Redistribuição e Da Substituição; Dos Direitos e Vantagens: Do Vencimento e da Remuneração, Das Vantagens, Das Férias, Das Licenças e Dos Afastamentos; Do Regime Disciplinar: Dos Deveres, Das Proibições, Da Acumulação, Das Responsabilidades e Das Penalidades. Processo administrativo disciplinar.
2. Lei nº 9.784/1999.
3. Lei nº 8.429/1992 e Lei nº 14.230/2021.
4. Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).
5. Lei nº 13.709/2018 (LGPD).
6. Lei 13.146/2015 (Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
7. Regimento Interno do TRT da 4ª Região.
8. Resolução CNJ nº 400/2021 (Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

1. Conceito. Campo de aplicação.
2. Regime orçamentário e contábil (patrimonial).
3. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC TSP: NBC TSP Estrutura Conceitual; NBC TSP 01 a NBC TSP 34.
4. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição: Anexo - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público;





5. Procedimentos Contábeis Patrimoniais;
6. Procedimentos Contábeis Específicos;
7. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público;
8. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
9. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
10. Lei nº 4.320/1964.
11. Conhecimento básico de auditoria: Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público - NBC TASP, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tasp-auditoria-deinformacao-contabil-historica-aplicavel-ao-setor-publico/>).
12. Instrução Normativa TCU nº 84-2020.
13. Decisão Normativa TCU nº 198/2022

ORÇAMENTO PÚBLICO

1. Conceito, princípios orçamentários, características e elementos básicos do orçamento tradicional, orçamento de base zero, orçamento de desempenho e orçamento-programa.
2. Conceito e finalidade do controle da Administração Pública.
3. Controle interno e controle externo da Administração Pública.
4. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição: Anexos - Ementário da Classificação por Natureza de Receita e do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público; Procedimentos Contábeis Orçamentários; Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.
5. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
6. Manual de Demonstrativos Fiscais, 12ª edição.
7. Lei nº 4.320/1964.
8. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
9. Lei nº 10.520/2002.
10. Lei nº 14.133/2021.
11. Decreto-Lei nº 200/1967.
12. Constituição Federal de 1988.





ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

1. Orçamento público. Conceito.
2. Técnicas orçamentárias.
3. Princípios orçamentários.
4. Ciclo orçamentário.
5. Controle judicial do Orçamento Público.
6. O orçamento público no Brasil.
7. Sistema de planejamento e de orçamento federal.
8. Plano plurianual.
9. Diretrizes orçamentárias.
10. Orçamento anual.
11. Sistema e processo de orçamentação.
12. Classificações orçamentárias.
13. Estrutura programática.
14. Créditos ordinários e adicionais.
15. Programação e execução orçamentária e financeira.
16. Descentralização orçamentária e financeira.
17. Acompanhamento da execução.
18. Alterações orçamentárias.
19. Receita pública. Conceito e classificações. Estágios. Fontes. Dívida ativa.
20. Despesa pública. Conceito e classificações. Estágios. Restos a pagar. Despesas de exercícios anteriores. Dívida flutuante e fundada. Responsabilidade Fiscal.
21. Lei Complementar nº 101/2000. Limitações das Despesas. Despesa com pessoal. Endividamento Público. Relatório de Gestão Fiscal. Relatório Resumido de Execução Orçamentária. Transparência.
22. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
23. Decreto nº 93.872/1986.
24. Manual Técnico do Orçamento - MTO 2022.

DIREITO ADMINISTRATIVO E DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Administração pública.
2. Conceito, organização e modelos.
3. Regime jurídico administrativo.
4. Princípios constitucionais.
5. Princípio da segurança jurídica; princípio da indisponibilidade do interesse





- público; princípio da supremacia do interesse público; princípio da finalidade e princípio da continuidade do serviço público.
6. Poderes da Administração Pública.
 7. Poderes e deveres dos administradores públicos.
 8. Uso e abuso do poder.
 9. Controle da Administração Pública no Brasil.
 10. Transparência e acesso à informação no Poder Público.
 11. Acesso a Informações (Lei nº 12.527/2011).
 12. Proteção de dados pessoais na Administração Pública (LGPD - Lei nº 13.709/2018).
 13. Organização da Administração Direta e Indireta.
 14. Órgãos públicos.
 15. Aspectos gerais da Administração Direta.
 16. Autarquias.
 17. Empresas públicas e sociedades de economia mista.
 18. Fundações públicas.
 19. Ato administrativo. Conceito, características e atributos. Elementos e requisitos de validade. Classificação e espécies.
 20. Formação e efeitos. Extinção, revogação, invalidação e convalidação.
 21. Processo administrativo.
 22. Controle da administração pública. Classificações relativas ao controle da Administração Pública. Controle externo e procedimentos de tomadas de contas.
 23. Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).
 24. Licitação. Conceito, natureza jurídica, objeto e finalidade. Princípios básicos e correlatos. Modalidades.
 25. Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade. Procedimento licitatório. Anulação, revogação e recursos administrativos.
 26. Sanções e procedimento sancionatório.
 27. Crimes em licitações e contratos administrativos.
 28. Lei nº 14.133/2021. Contrato administrativo. Conceito, principais características e espécies. Formalização, execução e inexecução. Duração, prorrogação, renovação e extinção. Revisão e rescisão. Convênios.
 29. Agentes públicos. Conceito e classificação. Organização e regime jurídico constitucional. Regime previdenciário.
 30. Responsabilidade administrativa, civil e criminal. Remuneração, direitos e vantagens.





CONTABILIDADE GERAL

1. Normas Brasileiras de Contabilidade (aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC).
2. Lei nº 6.404/1976 e alterações trazidas pela Lei nº 11.638/2007.
3. Elaboração de demonstrações contábeis pela legislação societária e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade.
4. Estrutura Conceitual: Conceito e objetivos, usuários e suas necessidades de informação, os ramos aplicados da Contabilidade.
5. Patrimônio e Variações patrimoniais: conceituação de patrimônio, ativos, passivos e patrimônio líquido, aspecto qualitativo e quantitativo, representação gráfica, equação básica da contabilidade, registros de mutações patrimoniais e apuração do resultado.
6. Plano de Contas e Procedimentos de Escrituração: conceito, classificação (patrimoniais e de resultado) e natureza das contas (devedoras e credoras), método das partidas dobradas, mecanismos de débito e crédito, origens e aplicações de recursos, elementos essenciais do lançamento contábil, regime de competência, balancete de verificação, livros utilizados na escrituração.
7. Avaliação de Ativos e Passivos.
8. Balanço Patrimonial.
9. Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração do Resultado Abrangente.
10. Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.
11. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
12. Demonstração dos Fluxos de Caixa.
13. Demonstração do Valor Adicionado.
14. Notas explicativas.





0800 727 6282

www.aprovaconcursos.com.br